

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
: Emily Dias de Matos

Revisão : Ana Alethéa Osório

Diagramação : Wladimir de Andrade Oliveira

: © 2022 Editora Universidade de Brasília

: Editora Universidade de Brasília
: Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
: Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
: CEP: 70910-900
: Telefone: (61) 3107-3700
: Site: www.editora.unb.br
: E-mail: contatoeditora@unb.br

: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
: desta publicação poderá ser armazenada
: ou reproduzida por qualquer meio sem a
: autorização por escrito da Editora.


Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza dos Santos – Bibliotecária – CRB 1/1913

D214 Darcy Ribeiro e a UnB : a universidade necessária no
século XXI / organizadores, Murilo Silva de Camargo
... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de
Brasília, 2022.
200 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-120-3 (impresso).
ISBN 978-65-5846-114-2 (e-book).

1. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 2. Universidade de
Brasília. 3. Universidades e faculdades públicas. I.
Camargo, Murilo Silva de (org.).

CDU 378.4

 Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

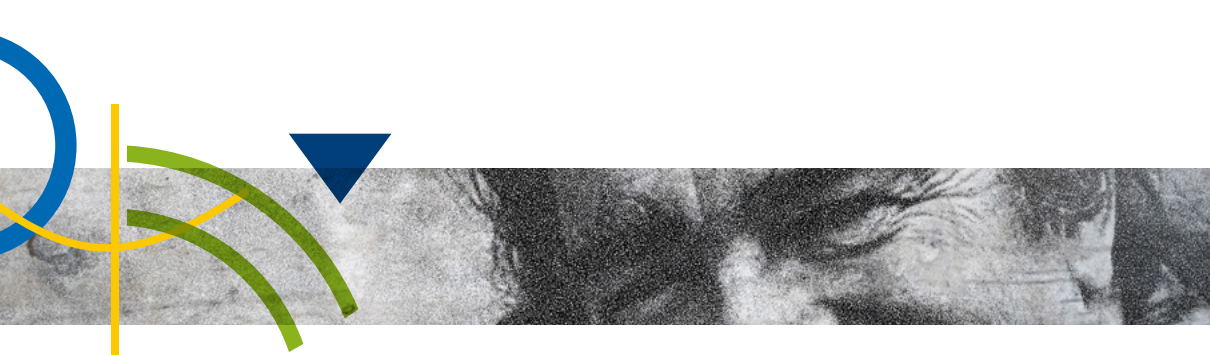
- 9** | **Darcy Ribeiro e a UnB: a universidade necessária no século XXI**



Parte I

Os textos de autoria dos estudantes de graduação

- 23** | **Utopia e realidade: reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília**
Alexsandro de Sousa Bandeira
- 33** | **Universidade para quê? A universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?**
Cesar Rodrigues van der Laan
- 43** | **A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro**
Cristiano Hoppe Navarro
- 51** | **Universidade de Brasília, universidade-utopia**
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
- 59** | **A UnB de Darcy Ribeiro: a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social**
Nicole Ferro Antunes de Oliveira
- 67** | **Darcy Ribeiro: sonhos interrompidos**
Victor Eduardo Alves Rocha



Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação

- 81** | **A universidade sonhada por Darcy Ribeiro:**
o papel da Biblioteca Central da UnB e da
Editora UnB na busca pela utopia necessária
Ana Flávia Lucas de Faria Kama
- 91** | **O papel da universidade e o contexto da
pandemia:** um ensaio à luz dos ensinamentos
de Darcy Ribeiro
Andressa Soares Costa
- 105** | **“A universidade necessária”:**
saber humanizado e responsabilidade social
Clerismar Aparecido Longo
- 123** | **Vozes da resistência:** Darcy Ribeiro e a UnB no
debate contemporâneo
Inês Ulhôa
- 137** | **Indo para a Universidade de Darcy:** educação
e liberdade para pensar a partir do Brasil
Kennia Dias Lino
- 145** | **A universidade pública, gratuita,
de qualidade e inclusiva para todos:**
a luta dos povos indígenas para sua inclusão
nas universidades públicas
Luciana Beatriz de Araújo Colombo



- 159 | Universidade para quê e para quem?**
Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil
Marcos Júlio Vieira dos Santos
- 169 | Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil**
Rayane Andrade
- 187 | Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece**
Thaís Coelho Mariano



Darcy Ribeiro e
Oscar Niemeyer
visitam a UnB (1985)

Fonte: Universidade de Brasília.
Arquivo Central. AtoM UnB





Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação



Darcy
Ribeiro

Foto de Darcy
Ribeiro exposta no
campus que leva
seu nome
Foto: Isa Lima

Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece

Thaís Coelho Mariano

Darcy Ribeiro e a educação para a transformação do mundo

Certamente é um ato de coragem a mera tentativa de escrever sobre um humanista que tanto foi em uma única vida: antropólogo, sociólogo, educador, escritor, romancista, historiador, político, etnólogo indigenista e tantas peles, como ele mesmo dizia, mas com uma característica que sempre foi sua base – a paixão pelo gênero humano.

Ainda menino praticou seu primeiro ato heroico, e também subversivo, ao arremessar um pacote de azul de metileno no reservatório da cidade para vê-lo azular. Mas por sorte não se corrigiu e, dali em diante, foram tantos outros atos revolucionários que denotam sua luta incessante, movida por uma motivação essencialmente ética, de entender as mazelas do mundo e tentar melhorá-lo (Ribeiro, 2016).

Sem se habituar aos padrões preestabelecidos, em especial os acadêmicos, ansiava pela construção de uma universidade que fosse capaz de se comunicar com o mundo. Sua participação no planejamento da Universidade de Brasília (UnB) estava

umbilicalmente ligada à própria construção da cidade, que deveria ser pensada de forma a permitir a difusão da cultura e do conhecimento científico.

Para Darcy, a Universidade tem um papel central no domínio da cultura geral, sobretudo em razão de sua capacidade de influenciar e trazer modificações em diversas esferas, seja em nível regional, nacional ou internacional, sendo considerada um dos pilares da formação da civilização da humanidade. Nesse sentido, Darcy partilha da distinção presente entre o conhecimento esotérico (irracional) e o conhecimento moderno, salientando que aquele deve ser substituído por um conhecimento universal que, na modernidade, cabe à ciência oferecer (Ribeiro, 2006).

A sua contribuição é ímpar e, acompanhado de Anísio Teixeira, trouxe um projeto inovador, com grande destaque para a interdisciplinariedade e a proposta de adoção de uma educação prática, reflexiva, generalizada e integrada. Tratava-se de um modelo singular, que tinha como pressuposto a cisão com o modelo europeu feito pela e para a elite de organização universitária.

Com bem enfatiza Adelia Miglievich-Ribeiro:

Nesta linha, Darcy propõe uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas, ciente do caráter utópico de seu modelo, por conseguinte, contrário a quaisquer experiências de universidades existentes, entretanto, passível de realização, visto que se constitui como parâmetro de transformação da realidade: “O modelo de universidade buscado será também utópico no sentido de antecipar, conceitualmente, as universidades do futuro, configurando-se como meta a ser alcançada um dia, em qualquer sociedade” (Ribeiro, 1975b, p. 173-174). A UnB nasce, portanto, sob o signo da utopia, isto é, como aspiração e direcionamento de realizações concretas, em oposição ao modelo do bacharelismo até então vigente nas tradicionais universidades brasileiras, formadas a partir da junção de institutos isolados sem a atenção a um plano coordenador que visualize o futuro que se ambiciona para a nação brasileira (Ribeiro, 2012, p. 36).

Assim, verifica-se que, a partir de um fervor utópico, idealizou uma universidade para o futuro, que fosse eficiente no sentido de tornar as pessoas capazes de atuar sobre o mundo, e construída a partir da realidade social existente, que considerasse a realidade multifacetada brasileira, suas desigualdades (sociais, econômicas, políticas e culturais) que remontam a um passado colonial e autoritário das sociedades latino-americanas em geral. Busca-se o afastamento da tão

famigerada cópia de padrões institucionais europeus tão admirados até então por parte da intelectualidade brasileira.

Nesse contexto, publicou, em 1960, o texto “Universidade de Brasília” na revista *Educação e Ciências* do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com o objetivo de fazer um diagnóstico do ensino superior brasileiro e, ainda, propor uma ruptura com as tradições existentes:

Um modelo estrutural novo somente se impõe como uma necessidade impostergável porque as universidades latino-americanas não são capazes de crescer e de se aperfeiçoar nas condições atuais, a partir da estrutura vigente, com os recursos disponíveis. E, principalmente, porque esta estrutura serve mais à perpetuação do *status quo* que à sua transformação. Impõe-se, além disso, porque os remendos que se estão fazendo nesta estrutura, concretizados através de programas induzidos do exterior, ameaçam robustecer ainda mais o seu caráter retrógrado, aliviando algumas tensões e atendendo a algumas carências, precisamente para manter suas características essenciais de universidades elitistas e apendiculares (Ribeiro, 1975, p. 173)

À Universidade caberia, de igual modo, assessorar os novos órgãos do poder público da nova capital, na medida em que o núcleo do poder havia sido transferido para o interior do país, ainda sem assessoramento intelectual e, ainda, possibilitar aos estudantes inúmeras possibilidades de trajetórias formativas. Diversamente do que acontecia nas universidades comuns, onde os estudantes ingressavam diretamente nas carreiras e permaneciam vinculados a uma escola ou faculdade, propunha-se que na UnB os estudantes cursariam uma formação básica em uma grande área de conhecimento para, só depois, com o amadurecimento necessário, poderem optar pelas diversas possibilidades formativas que a Universidade ofereceria (Camargo, Lazarte, 2012).

E mais, Darcy pensava a Universidade como centro de expressão, contemplação e sensibilização da expressão artística. Seu projeto era pautado pela construção de um centro de florescimento cultural, um espaço destinado à arte e à cultura em sua dimensão plural, com um panorama amplo de saberes. Era preciso criar o ambiente para a emergência de grandes talentos, um espaço libertário, com atores comprometidos com as propostas renovadoras que deveriam ser cultivadas (Bomeny, 2016).

Entrementes obstáculos surgiram, sendo o primeiro deles a Igreja, que ambientava a criação de uma universidade católica. Darcy, então, aliou-se ao Frei

Mateus Rocha, da ordem dominicana que, por sua vez, consultou o próprio Papa João XXIII que aprovou o pacto mediante a condição de criação de um instituto de Teologia Católica, o primeiro em uma universidade estatal desde a Revolução Francesa. Além disso, Juscelino Kubitschek se mostrou relutante na aprovação do projeto, o que só aconteceu no governo do presidente João Goulart e nomeação de Darcy como seu reitor (Mattos, 2007).

Não obstante a proeminência política alcançada após o trabalho realizado na UnB, com a indicação para os cargos de Ministro da Educação e, depois, Chefe da Casa Civil, que não são objeto da presente análise, logo em seguida veio o golpe de 1964, que culminou com o seu exílio, onde permaneceu por 12 anos.

Fato é que a derrota política leva Jango, Darcy Ribeiro, Brizola e tantos ao destino doravante incerto do exílio. No caso de Darcy, foram, ao todo, 12 anos, entre o Uruguai, Venezuela, Chile, Peru e México, com algumas vindas ao Brasil. Na primeira delas, acreditando ingenuamente em notícias sobre a liberalização do regime político, chegou ao aeroporto do Rio de Janeiro, tendo antes, por seu advogado, avisado aos militares em 30 de setembro de 1968. Foi preso, porém, no dia 13 de dezembro do mesmo ano em seu apartamento, por ocasião do Ato Institucional n. 5. Assim mantido, sem julgamento, por nove meses até ser obrigado a retornar ao exílio, sendo então recebido em Caracas (Ribeiro, 2010 *apud* Miglievich-Ribeiro, 2018).

Paralelamente, foram anos difíceis enfrentados pela Universidade de Brasília, considerada polo de subversão e antro de comunistas: perseguição e prisão de professores e estudantes, demissões, invasão por tropas do Exército, interdição de bibliotecas e censura.

Sobre os tempos sombrios enfrentados:

O Golpe de 1964 trouxe anos difíceis para a UnB. Mais perto, no epicentro do poder, a instituição foi das mais atingidas pela ação da repressão. Perseguição a professores e a estudantes acabou sendo rotina, alterando a vida universitária de forma aguda. A primeira invasão aconteceu em 9 de abril de 1964. O reitor e o vice-reitor, Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente, foram surpreendidos por tropas do Exército e por policiais de Minas Gerais. Há informações de que os militares invadiram salas de aula,

revistaram estudantes, buscavam armas e materiais de propaganda subversiva; procuravam 12 professores que deveriam ser detidos e interrogados; interditaram a biblioteca e as salas de trabalho dos professores. Depois dessa invasão, tanto Anísio Teixeira como Almir de Castro foram demitidos. O governo militar nomeou para reitor *pro tempore*, o professor de medicina veterinária da USP, Zeferino Vaz, cujo mandato foi de 13 de abril de 1964 a 25 de agosto de 1965. (Bomeny, 2016, p. 1020)

No entanto, a UnB mostra a sua força histórica e, com uma incansável resistência e comprometimento com o conhecimento, consegue se recuperar:

Mas, a despeito dos atos decorridos em função do Golpe de 1964, a Universidade de Brasília manteve ainda a aura de universidade-experimento para onde olhares e interesses se voltavam como campo possível à inovação. Roberto Salmeron faz menção ao número expressivo de professores que o procuravam interessados em integrarem o corpo docente da universidade. Mesmo com a nomeação pelos militares de Zeferino Vaz, prevalecia a convicção de que aquele era um espaço destacado pela maneira como fora concebido, pelas ousadias ali ensaiadas e pelos desafios que anunciava para enfrentar a burocratização e o excessivo formalismo. Mas os sinais de repressão foram ficando mais e mais acentuados com uma caça ao que fosse identificado como vestígio de comunismo – o que poderia ser encontrado em diversos espaços por distintos indícios. Um dos primeiros atos do reitor foi demitir nove professores: José Albertino Rosário Rodrigues, Perseu Abramo (setor de Sociologia); Edgard de Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho e José Zanini Caldas (curso de Arquitetura e Artes); Francisco Heron de Alencar (Departamento de Letras); Jairo Simões (Direito); Lincoln Ribeiro e Ruy Mauro de Araújo Marini (Política).

De abril de 1964 a outubro de 1965, a universidade foi sendo progressivamente encurralada por medidas crescentes de repressão. O fato de estar situada no epicentro do poder facultou muitas das ações intervencionistas no *campus*. Ainda que conferido pelos professores um “voto de confiança” aos dois reitores interventores nomeados, Zeferino Vaz e seu sucessor Laerte Ramos de Carvalho, pela manifestação inicial

de preservar o projeto original da universidade, os desdobramentos de ambas as gestões foram recrudescidos pela onda repressiva que assolava a vida política do país. As consequências sobre a comunidade universitária foram duras, com perseguições, demissões, com devolução de professores a cargos administrativos que exerceram anteriormente, forma de impedir sua função de magistério, caça a indícios de subversão (Cunha, 2007). (Bomeny, 2016, p. 1021)

Apesar da descaracterização do projeto inicial, a democracia na universidade inicia um processo de restauração gradual a partir de 1985, com o primeiro governo civil pós ditadura militar, e com Darcy agora eleito ao Senado, há um forte empenho, orientado também por dezenas de educadores, na tentativa de modernizar a educação brasileira. Embora o próprio Darcy admita não concordar com todo o projeto de lei, reconhece que se trata da vontade da maioria e possível dentro da conjuntura política da sociedade brasileira, e é então aprovada e promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº. 9.394/1996, batizada de Lei Darcy Ribeiro, um ano antes de seu falecimento, em 17 de fevereiro de 1997 (Souza, 2012).

A atualidade da crítica diante do projeto institucional de desmonte da educação brasileira

A Constituição Brasileira, embora fruto de uma democratização tardia, produziu profundas modificações e conferiu força normativa aos direitos e garantias fundamentais, dentre eles a educação, erigida como o primeiro e mais importante dos direitos sociais. Passou a ser compreendida como valor de cidadania e de dignidade da pessoa humana, imprescindíveis para a realização dos ideais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Embora haja poucos dispositivos constitucionais abordando o ensino superior, é evidente que está vinculado ao próprio desenvolvimento humanístico, científico, tecnológico e artístico do país, devendo igualmente ser acessível a todos e todas.

Nesse contexto, embora identificadas tradicionalmente como um território destinado às pessoas brancas, mesmo em um país em que a população negra e parda é a grande maioria, as universidades sempre foram um espaço de poder, já que o diploma representa um passaporte para a ascensão social. Essa característica

sempre demonstrou a urgência da democratização do acesso a esse poder e rompimento com o legado de exclusões e reinserção de grupos marginalizados nos espaços sociais (Piovesan, 2005).

Ainda que não imunes a algumas críticas, é evidente que iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Ciência Sem Fronteiras, além do aumento da oferta de cursos superiores a distância e implementação de políticas de ações afirmativas, frutos das ações do Governo Federal entre os anos de 2001 e 2018, representaram uma ampliação e democratização do acesso à educação.

Tais programas permitiram um avanço sem precedentes na medida em que grupos historicamente excluídos da educação superior no país e economicamente vulneráveis puderam, enfim, se candidatar a uma vaga com chances reais de ingresso, o que era restrito a um perfil completamente elitista.

No entanto, o cenário muda de figura de forma clara com a posse de Jair Bolsonaro que, em seu projeto neoliberal marcado por uma escalada autoritária, negacionista e destinada à mercantilização do ensino, encontra um espaço para a execução de seu nefasto projeto de desmonte da ciência e educação.

Em um ano de uma crise sem precedentes, com fechamento de escolas, desafios para procedimentalizar as aulas remotas, somados a problemas não apenas de falta de tecnologia necessária como também falta de recursos básicos, como água e alimentação, presenciou-se um Governo Federal que investiu na educação básica a menor dotação orçamentária desde 2011 (Lisboa, 2021).

A sangria é vista, ainda, na ciência, que enfrenta um corte orçamentário sério e que representa um retrocesso aos patamares de 2009. Em 2020 o investimento foi de R\$17,2 bilhões enquanto há doze anos foi de R\$19 bilhões, valores corrigidos pela inflação do período. Além de consequências estruturais como a recente pane da plataforma Lattes, há impacto direto nos programas de bolsas: além de não terem seus valores reajustados desde o ano de 2013, só será possível o financiamento de 13% dos projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além da fuga de pesquisadores e cientistas para outros países, onde terão maior reconhecimento, apoio e infraestrutura, é inegável o prejuízo ao país, especialmente num cenário onde a ciência e sua importância nunca estiveram em tanta evidência (Escobar, 2021; Shalders, 2021; Westin, 2020).

Cortes de orçamentos com risco de fechamento de universidades, bloqueio de bolsas, produção científica afetada, ofensas a estudantes, perseguição a professores, textos enganosos e divulgação de *fake news*, sucateamento da educação, segregação de alunos com deficiência e abandono à própria sorte de milhares de estudantes que precisam de programas de assistência estudantil, resultado da luta de movimentos sociais, para minimizar a situação de vulnerabilidade econômica já tão agravada pela atual pandemia.

São tantos retrocessos e em um período tão exíguo que Darcy Ribeiro possivelmente se revira no túmulo com o (des)projeto de governo.

Não se trata, como se torna fácil perceber, de uma crise pontual ou consequência imprevisível e inevitável do cenário pandêmico, mas de um projeto claro de desmanche da educação e desmoralização do ensino público.

Na atualidade o Brasil vive um período de suicídio democrático, para utilizar a feliz expressão de Saviani (2019). As instituições democráticas estão a serviço de aniquilar a própria democracia que as subsidia. Esse fenômeno ocorreu após a retirada do governo legítimo, impedindo-o de disputar as próximas eleições por meio de manobras jurídicas; dessa forma, instalou-se um presidente ao arrepio da vontade popular. A partir dessa situação política, a aniquilação da educação e de qualquer possibilidade de pensamento crítico (objetivo último das universidades) volta a ser objetivo de Estado.

A onda anticientificista, anti-intelectualista, o desprezo e ataque ao conhecimento e apologia ao senso comum e à ignorância humana possuem um propósito manifesto, qual seja, a mercantilização dos direitos sociais.

Direitos são espoliados, investimentos cortados, a credibilidade e a legitimidade de instituições são questionadas por uma bolha intelectual desonesta e antidemocrática, servindo a privatização como a última tábua de salvação. Bingo!

Nunca foi segredo que, para o ministro da Economia Paulo Guedes, é importante privatizar as estatais brasileiras, bem como vender imóveis públicos para reduzir despesas, especialmente com o funcionalismo público e, conseqüentemente, na sua versão, erradicar a pobreza e promover o tão esperado crescimento econômico.

De igual modo, também não é desconhecido que sua irmã, Elizabeth Guedes, ocupa a presidência da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), entidade que representa os grandes e mais lucrativos monopólios educacionais do país.

Por mecanismos complexos, esses grandes grupos econômicos promovem a aquisição ou fusão em massa de unidades de ensino menores e afetadas não só pela crise econômica, mas pela redução de financiamentos estudantis e falta de gestão; realizam demissões em massa de professores, com recontração posterior

em condições vis de salários e trabalho, tudo de modo a garantir os resultados econômicos esperados pelos grandes empresários.

A manobra é facilitada pela inexistência de legislação específica, no ordenamento brasileiro, que regule ou impeça a venda estabelecimentos nacionais ao capital estrangeiro, em que pese a existência de um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional desde 2006, cujo teor criaria um limite de 30% do capital total e votante da instituição de ensino destinado a estrangeiros (Carvalho, 2013).

Embora o projeto de privatização da educação não seja recente, o parentesco é desastroso para a educação e nos faz refletir sobre o que Darcy Ribeiro pensaria sobre os rumos tomados pela educação no século que não teve oportunidade de experimentar.

Inclusive, impende fazer um breve regresso para lembrar que a Constituição de 1891, primeira no sistema republicano de governo, não mais trouxe a previsão expressa que havia na Constituição Imperial de 1824 sobre a gratuidade de ensino aos seus cidadãos. O objetivo era um só, impedir que os recém ex-escravizados e também seus descendentes pudessem ser alfabetizados e, com isso, alcançassem o direito à cidadania formal, por meio do direito ao voto. Este direito deveria continuar reservado apenas às camadas privilegiadas e brancas (Pereira, 2019).

O período histórico mencionado não se distancia em muito do atual contexto de aniquilamento da educação pública por parte do atual governo que, permeado de um fundamentalismo religioso desumano e ideológico autoritário, não mede esforços para garantir a formação de cidadãos sem senso crítico e, consequentemente, mais receptivos à fragmentação da democracia.

Conclusões

Identifica-se, assim, que muitos problemas educacionais atuais têm origens históricas, sendo bastante atual a crítica feita por Darcy Ribeiro (e também outros intelectuais como Anísio Teixeira e Paulo Freire, evidentemente) no sentido de reconhecer a universidade em sua perspectiva política e transformadora da realidade.

Seus pensamentos representam uma ideia incansável de resistência, já que apenas o conhecimento é capaz de realizar a felicidade humana e se opor às ameaças reais advindas de um contexto político tensionado por uma extrema-direita neoliberal.

A universidade, a fim de cumprir seu papel social, deve se colocar no mundo de forma estratégica. Na sociedade atual, convivemos com uma precarização sem

precedentes da população, colocada à mercê das grandes forças produtivas calcadas no capital exploratório internacional que atua sem limites e sem fronteiras. Assim, é fundamental que a universidade do presente e do futuro se coloque não como neutra, mas como engajada na produção de conhecimento estrategicamente voltado para a defesa dos interesses da população contra a exploração da terra, dos saberes e da humanidade (Sousa, 2015).

Por fim, a universidade necessária no século XXI deve mostrar-se capaz de se opor a projetos privatistas conservadores, com a manutenção de um senso crítico e em diálogo permanente com o sujeito coletivo de direitos, destinatário último da ainda utópica emancipação social. Com os dizeres de Darcy, “esta é função da utopia: ordenar, concatenar as ações, para fazer frente ao espontaneísmo fatalista e, sobretudo, para impedir que oportunistas façam prevalecer propósitos mesquinho” (Ribeiro, 1986).

Darcy, grande Darcy, nunca teve medo de ousar. Que também não tenhamos!

Referências

BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. *Sociedade e Estado*, UnB impresso. Brasília, v. 31, série 1, p. 1003-1028, 2016.

CAMARGO, Murilo Silva de; LAZARTE, Leonardo. O Plano Orientador da Universidade de Brasília de 1962 e suas repercussões na universidade brasileira atual. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). *Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira*. Brasília: Verbena, 2012. p. 167-217.

CARVALHO, C. H. de A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, jul./set. 2013.

ESCOBAR, Herton. CNPq vai pagar só 13% das bolsas aprovadas em edital e frustra jovens cientistas. *Jornal da USP*, São Paulo, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/cnpq-vai-pagar-so-13-das-bolsas-aprovadas-em-edital-e-frustra-jovens-cientistas/>. Acesso em: 11 out. 2022.

LISBOA, Ana Paula. 2020 foi o ano com menor gasto do MEC com educação básica desde 2010. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 fev. 2021. Educação básica. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4907686-2020-foi-o-ano-com-menor-gasto-do-mec-com-educacao-basica-desde-2010.html> Acesso em: 11 out. 2022.

MATTOS, André Luís Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040?guid=1666029022121&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1666029022121%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d395040%23395040&i=1>. Acesso em: 25 set. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e utopia no exílio latino-americano: estrutura de sentimentos como hipótese metodológica. *Revista Tomo*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 15-40, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/8835>. Acesso em: 10 out. 2022.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; MATIAS, Glauber Rabelo. A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. *Rev. Ciências Sociais*, Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 3, set/dez. 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6034. Acesso em: 25 set. 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). *Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira*. Brasília: Verbena, 2012. p. 27-59.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. A cor dos subintegrados e a omissão do constitucionalismo: entre reconhecimento e inclusão das comunidades quilombolas. *Revista Publicum*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 192-220, 2019.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora UnB, 1986. (Série UnB)

RIBEIRO, Darcy. *Golpe e exílio*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010. (Darcy no bolso, v. 9)

SAVIANI, Demerval. Em defesa da escola pública. In: LIMA, Antonio Bosco de; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. (org.) *Em defesa das políticas públicas*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 25-49.

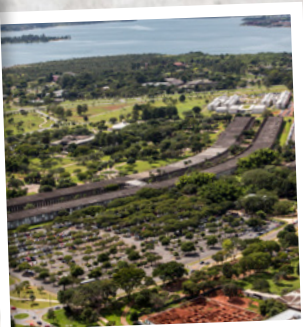
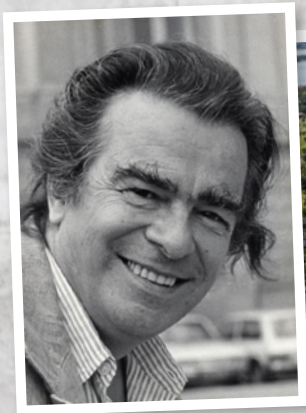
SHALDERS, André. Brasil tem menor investimento em ciência dos últimos 12 anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2021. Ciência. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-federal-em-ciencia-e-tecnologia-recua-e-setor-tem-menos-verba-que-em-2009-diz-estudo,70003819777>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Movimentos sociais nos 50 anos da UnB: construindo uma universidade emancipatória. In: RÊSES, Erlando da Silva (org.). *Universidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2015.

SOUZA, Silvio Claudio. *O pensamento-ação de Darcy Ribeiro e a universidade brasileira: repensando a universidade necessária*. 2012. 239f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.btdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5683. Acesso em: 11 out. 2022.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. *Agência Senado*, Brasília, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 11 out. 2022.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade necessária no século XXI



Este livro é uma homenagem à Universidade de Brasília, que em 2022 completa 60 anos, e a Darcy Ribeiro, um de seus mais importantes idealizadores e fundadores, que faria cem anos. Quinze ensaios escritos por estudantes da UnB sobre Darcy Ribeiro e a universidade necessária compõem este volume, que é resultado de edital conjunto da UnB e do Conselho Editorial do Senado (Cedit).

Os textos desta coletânea projetam as vozes de estudantes, em um exercício que investiga os efeitos do pensamento e da ação de Darcy Ribeiro na jornada da Universidade de Brasília, as transformações pelas quais ela passou e aquelas que promoveu. Que vozes poderiam ser mais lúcidas que essas para colocar em perspectiva a história da Universidade? São vozes plurais que reiteram, de forma uníssona, o compromisso da UnB com a construção de soluções para os desafios do país e do mundo – fossem os passados, sejam os presentes. A despeito das diversas tentativas de cerceamento da ação emancipadora desta Universidade, afirmam os estudantes: a UnB alcança os seus 60 anos atuante como sempre, necessária como nunca.



UnB | DEX

